

05 FEV 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Governo zera verba de programa contra violência doméstica

Ação lançada em 2015 previa uma casa de atendimento a vítimas por Estado, mas até agora só há cinco unidades em funcionamento

Julia Lindner / BRASÍLIA

O principal programa federal de combate à violência contra a mulher ficou sem um único centavo no ano passado. A Casa da Mulher Brasileira tinha como objetivo inicial construir ao menos uma unidade de atendimento integrado por Estado para aquelas que sofrem com agressões físicas e psicológicas. Lançado na gestão de Dilma Rousseff, em 2015, o programa apoia mulheres alvo de violência causada por desconhecidos, companheiros ou parentes. Até agora, porém, só cinco unidades estão funcionando. Em São Paulo, a estrutura local precisou de investimento privado para que a obra fosse concluída.

Embora Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, já tenha admitido que sua pasta não tem condição de manter e custear o programa, a justificativa para a paralisação total em 2019 foi a falta de acordo com a Caixa Econômica Federal para erguer novas unidades. O contrato com o banco só foi assinado em dezembro de 2019. No mesmo mês, a pasta empenhou cerca de R\$ 20 milhões do orçamento para a Casa da Mulher Brasileira, mas para ser liberado a partir deste ano. O empenho é a pri-

meira etapa para que o recurso seja efetivamente aplicado.

Para este ano, o ministério promete uma “reformulação” da Casa da Mulher. A ideia é mudar o nome do programa e levá-lo a 25 municípios a um custo mais baixo, além da alternativa de usar espaços cedidos ou locados, em vez de construir um novo prédio. Entre os locais citados, entretanto, aparece Brasília, que já tem uma unidade há cinco anos, fechada desde 2018 por necessidade de reparos. O Distrito Federal promete que a reforma será concluída no primeiro semestre deste ano.

O abandono do programa evidencia a queda drástica de recursos para políticas públicas voltadas para mulheres nos últimos anos. Entre 2015 e 2019, o orçamento da Secretaria da Mulher, órgão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos

Humanos, foi reduzido de R\$ 119 milhões para R\$ 5,3 milhões. Levantamento feito pelo **Estado** aponta que, no mesmo período, os pagamentos para atendimento às mulheres em situação de violência recuaram de R\$ 34,7 milhões para R\$ 194,7 mil.

No Brasil, uma mulher é agredida a cada quatro minutos, segundo dados do Ministério da Saúde. As taxas de feminicídio também estão em alta nos últimos anos, mas, na política, o tema não ganha prioridade. Ao **Estado**, Damares reclamou que o orçamento do seu ministério é “pequetítico”.

A pasta é uma das que menos receberam recursos em 2019 – foram R\$ 240 milhões executados (de um total de cerca de R\$ 500 milhões previstos) – atrás apenas do Ministério do Turismo. Apesar disso, ela justifica que o seu ministério não é “finalístico”, e sim de “articulação”, por isso depende da destinação de emendas parlamentares e de parcerias público-privadas.

“Manter a Casa da Mulher (Brasileira) pelo ministério é impossível”, disse ela, em abril, em audiência na Câmara dos Deputados. “Temos de encontrar uma alternativa, mas o ministério não tem como custear.”

● Crítica

“Quando o assunto é violência contra mulher, não importa a classe social, o governo, pois ela é sistêmica do patriarcado. Hoje estamos sem nenhuma política concreta de combate a essa violência”

Eleonora Menicucci

SOCIÓLOGA E EX-CHEFE DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

05 FEV 2020

No combate à violência contra a mulher, o foco de maior investimento da pasta no último ano foi aperfeiçoar o atendimento às denúncias, com a integração do Disque 100 e do Disque 180. Para este ano, a pasta depende da negociação com parlamentares para cumprir promessas e fazer pagamentos. Secretária nacional de Políticas para Mulheres, Cristiane Britto afirmou que a pasta tem dificuldade para convencer congressistas a destinarem a verba. Normalmente, emendas feitas pelos parlamentares ao ministério não chegam a 1% do total da verba disponível em cada ano. Para 2020, só 0,8% das emendas apresentadas foram para a pasta. No ano anterior, a quantia representou 0,5%.

Repercussão. A revelação pelo **Estado** da não destinação dos recursos para o programa repercutiu ontem no Congresso. A deputada Tábata Amaral (PDT-SP) questionou a colocação de temas ligados às mulheres na ordem de prioridades do governo Jair Bolsonaro. “O governo gastou zero reais com o principal programa de combate à violência contra a mulher. A vida de 52% da população não é prioridade?”, indagou a parlamentar em rede social. Ela destacou ainda que “a violência só aumenta e o Brasil já é o quinto país que mais mata mulheres no mundo”. Já a comissão da Câmara destinada a acompanhar casos de violência doméstica e feminicídio convocou uma reunião extraordinária para hoje.
/COLABORARAM CAMILA TURTELLI e DANIEL WETERMAN

05 FEV 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Previsto em lei de 1958 que já foi revogada,
benefício custou R\$ 630,5 milhões nos últimos dois meses de 2019;
valor pode incluir pagamentos atrasados, segundo ministério

Governo paga pensão a 52 mil filhas solteiras

Vinícius Valfre | BRASÍLIA

O pagamento de pensão para filhas solteiras não é exclusividade do Congresso e dos militares. No Executivo, pelo menos 52 mil mulheres recebem o benefício porque não se casaram “no papel” e porque seus pais, todos civis, trabalharam no governo federal antes de 1990. Documentos do Ministério da Economia analisados pelo Estado mostram que há uma pensionista que recebeu R\$ 3 mil em dezembro passado, mas R\$ 233,4 mil em novembro.

A “bolsa solteira” da União foi criada por uma lei de 1958, já revogada, com a justificativa de que as mulheres não poderiam se sustentar sem pai ou marido. O benefício custou R\$ 630,5 milhões nos últimos dois meses de 2019 – R\$ 418,1 milhões em novembro e R\$ 212,4 milhões em dezembro. A diferença se dá por causa das gratificações natalinas incluídas na folha do 11.º mês. Os valores podem incluir decisões judiciais e retroativos.

Não foram divulgados os dados do ano inteiro. As informações de novembro e dezembro só foram tornadas públicas após determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), que acolheu denúncia do site Fiquem Sabendo.

Questionado sobre valores acima do teto do funcionalismo (R\$ 39 mil), o Ministério da Economia informou que “algumas rubricas são pagas esporadicamente e não entram no cálculo do teto constitucional” – entre elas, décimo terceiro e pagamentos retroativos.

Impacto

“A pessoa se planejou para receber, durante a vida toda, R\$ 15 mil, R\$ 20 mil. Para quem já recebe, é devida a manutenção.”

Diego Cherulli

SECRETÁRIO-GERAL DO INSTITUTO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

No caso da pensionista que recebeu R\$ 233 mil em novembro, técnicos da pasta informaram que R\$ 6,1 mil diziam respeito à pensão e ao décimo terceiro. O restante foram “pagamentos de atrasados”, segundo o ministério. Em alguns casos, a falta de cadastro suspende temporariamente os benefícios. Quando os documentos são atualizados, a mulher recebe, de uma vez, todos os atrasados.

A reportagem localizou a advogada de uma pensionista que recebeu R\$ 81 mil em novembro e R\$ 41 mil em dezembro, mas ela disse que não comentaria o assunto.

No Executivo, a maioria das beneficiadas é filha de ex-servidores ligados ao Ministério da Infraestrutura – 19.931 pensões.

A justificativa é que a pasta reuniu dezenas de órgãos federais de transporte já extintos, como o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que deixou de existir em 2001, e a Rede Ferroviária Federal, encerrada em 1999.

O levantamento do Estado nas folhas de pagamento de órgãos da União considerou apenas mulheres ligadas a órgãos federais civis, excluídos, portanto, Forças Armadas e Ministério da Defesa. Pensionistas de Estados extintos, como o da

Guanabara, também não foram incluídas na lista.

Congresso. Benefício semelhante também é garantido até o fim da vida às filhas solteiras de ex-parlamentares e de ex-servidores do Congresso que não se casam ou não têm emprego público. Em 19 de janeiro, o **Estado** revelou que a folha de pagamento do Legislativo tem 194 mulheres, com pensões de até R\$ 35 mil por mês. Um aposentado do INSS, por exemplo, ganha, no máximo, R\$ 6.101. No caso dos parlamentares, bastava ser eleito para um mandato para ter direito ao pagamento para suas filhas solteiras.

A lei foi revogada em 1990, mas quem adquiriu o direito continua recebendo. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), classificou o pagamento da pensão como “absurdo” e defendeu o fim do que chamou de “solteiragate”. Maia deve apresentar uma ação ao plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) para que o tema volte a ser debatido pela Corte.

Denúncias de fraudes não são raras. Há casos em que as mulheres se casam ou constituem união estável, mas não notificam os órgãos públicos sobre a mudança no estado civil. Assim, continuam recebendo a pensão. Na Câmara, como mostrou o **Estado**, uma delas chegou a ser indiciada por estelionato e se tornou alvo do Ministério Público Federal.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

05 FEV 2020

O TCU, em 2016, alterou a interpretação da lei sexagenária e exigiu o cumprimento pelas beneficiárias de critérios mais rígidos para a manutenção dos pagamentos. Passou a ser necessário, por exemplo, comprovar que realmente dependiam da verba. Pensões acabaram suspensas administrativamente em diversos órgãos. Insatisfeitas, as solteiras recorreram ao Supremo, que as desobrigou novamente de comprovar a necessidade da pensão.

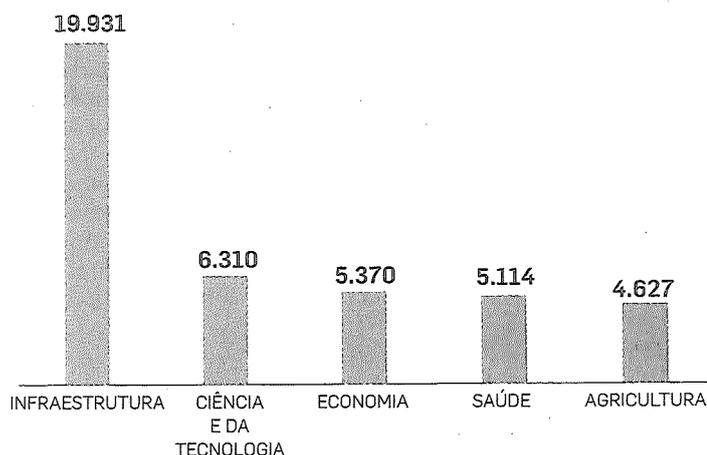
Debate. O pagamento da pensão 30 anos depois da revogação da lei divide opiniões. Professor de gestão pública e auditor do Tribunal de Contas de Pernambuco, João Eudes Bezerra Filho afirmou que manter um benefício criado há 62 anos é questionável do ponto de vista moral. “O impacto é muito negativo, não só pelo valor de milhões de reais por ano, mas também moralmente. O governo deveria ir à Justiça pedir para que STF interceda, buscando reduzir prejuízos”, disse.

Secretário-geral do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, o advogado Diego Cherrulli foi responsável por uma parcela das ações que chegou ao STF contestando a determinação do TCU. Ele reconheceu que pagar pensões a filhas solteiras de ex-funcionários não condiz com o atual momento do País. Por outro lado, defendeu ser necessário respeitar “o direito adquirido”, sob pena de comprometer planejamentos pessoais e de gerar injustiças.

“É um privilégio, de fato. Mas não podemos desconsiderar o direito adquirido e o planejamento das pessoas. A pessoa se planejou para receber, durante a vida toda, R\$ 15 mil, R\$ 20 mil. Entendo que, para quem já recebe, é devida a manutenção”, afirmou o advogado.

BENEFICIÁRIAS

Pensionistas 'filhas solteiras maiores' por ministério



FONTE: DADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DE DEZEMBRO DE 2019

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

PARA LEMBRAR **STF deu aval** **em 256 casos**

Nos últimos quatro anos, o Supremo Tribunal Federal (STF) respaldou ao menos 265 casos de pagamento de benefícios para filhas solteiras de servidores federais civis, amparado em lei sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek em 1958.

No ano passado, a Segunda Turma do STF, composta por cinco dos 11 integrantes da Corte, decidiu confirmar liminares dadas por Edson Fachin sobre o assunto. O julgamento ocorreu em bloco no plenário virtual do STF, plataforma que permite que os ministros votem à distância.

Nas liminares, Fachin discordou de entendimento do Tribunal de Contas, apoiado pela Advocacia Geral da União, que pedia às filhas solteiras que comprovassem que dependiam do benefício.

05 FEV 2020

O ESTADO DE S. PAULO

TJ-RJ mantém quebra de sigilo de Flávio

Desembargadoras votam por manter a medida em processo que investiga 'rachadinha' no gabinete do filho do presidente na Assembleia

Ricardo Galhardo
Caio Sartori / RIO

A 3.^a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) recusou um recurso da defesa do senador Flávio Bolsonaro (sem partido-RJ) e manteve a quebra de sigilos bancário e fiscal imposta ao filho mais velho do presidente Jair Bolsonaro e a dezenas de pessoas ligadas ao seu gabinete quando ele era deputado estadual no Rio, entre 2003 e 2018.

Na semana passada, o relator do processo, desembargador Antonio Carlos Nascimento Amado, havia votado a favor do recurso da defesa de Flávio, que pedia a suspensão da quebra de sigilo. As desembargadoras Mônica Tolledo de Oliveira e Suimei Cavaliere pediram mais tempo para analisar o caso e, ontem, votaram contra o entendimento do relator.

Com isso, está mantida a decisão do juiz de primeira instância Flávio Itabaiana Nicolau, da 27.^a Vara Criminal do Rio, que, em abril do ano passado, determinou a quebra dos sigilos do senador e de outras 85 pessoas no processo que investiga a suposta prática de "rachadinha" — envolvendo o ex-assessor parlamentar Fabrício Queiroz — no gabinete de Flávio na Assembleia Legislativa do Rio.

Em habeas corpus o advogado do senador, Frederick Wassef, alegava que a argumentação de Itabaiana para justificar a quebra dos sigilos de tantas pessoas era inconsistente, resumida em apenas um parágrafo do processo. Além disso, a defesa de Flávio afirmava que o sigilo do senador e de pessoas próximas já havia sido violado ilegal-

Apuração 85

investigados, além do senador Flávio Bolsonaro, tiveram os sigilos fiscal e bancário quebrados em abril de 2019 por decisão do juiz Flávio Itabaiana Nicolau, a pedido da Promotoria.

mente por meio do fornecimento de informações bancárias pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Foi um desses relatórios que apontou que Queiroz tinha movimentado em uma conta, em 13 meses, mais de R\$ 1,2 milhão. A maior parte era, segundo a investigação, dinheiro de colegas de gabinete, que faziam depósitos em datas próximas ao pagamento dos salários.

O voto de Amado na semana passada teve como embasamento o fato do senador não ter sido ouvido antes do pedido de quebra de sigilo feito pelo Ministério Público, em abril do ano passado. Isso fere, de acordo com o desembargador, o respeito ao contraditório. As desembargadoras não concordaram com a tese do relator.

No início desta semana, a Polícia Federal isentou Flávio dos crimes de lavagem de dinheiro e falsidade ideológica em negociações envolvendo a compra e venda de imóveis no Rio, em uma investigação que não tem relação com o processo que apura o esquema de "rachadinha".

Lavagem. A Promotoria do Rio apura as práticas de peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa por parte do senador. A "rachadinha" consiste na apropriação da totalidade ou de parte dos salários de assessores pelo político que o nomeou.

No ano passado, o desembargador Amado havia negado pedidos de paralisação do caso ajuizados por Flávio e Queiroz, apontado pelo MP do Rio como operador do parlamentar. Em janeiro deste ano, Amado suspendeu a investigação contra Alexandre Santini, o sócio de Flávio numa franquía da loja de chocolates Copenhagen. A franquía seria usada para lavar dinheiro, segundo apuração da Promotoria.

O Supremo reduzido a moeda de troca da briga eleitoral

A dois anos e meio da campanha eleitoral em que o sucessor de Jair Messias Bolsonaro será eleito pela maioria dos cidadãos aptos a votar e a três do começo do futuro governo, a sucessão em questão está introduzindo no debate uma novidade insólita e maligna. Pela primeira vez na História cada vez mais insana desta República, uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF) poderá ser preenchida por interesses eleitorais. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, entra no páreo não mais para preencher a condição de jurista de notório saber e reputação ilibada, como exige a ordem constitucional vigente. Mas por poder representar eventual empecilho a seu chefe e ser, com certeza, disparado favorito na disputa contra qualquer adversário.

Durante o ano inteiro de 2019, primeiro da nova legislação e também do mandato presidencial, os condenados, acusados, denunciados e suspeitos de corrupção na cúpula dos três Poderes da República fizeram das tripas coração para reduzir seu poder. E, se possível, desalojar do cargo de primeiro escalão o ex-juiz federal que comandou a mais bem-sucedida e popular operação de combate à corrupção no País. Congressistas sabotaram, primeiro, suas dez medidas contra o furto levadas ao Legislativo por procuradores. Em seguida, fizeram o diabo para desidratar as sugestões que o agora chefe da pasta lhes encaminhou oficialmente sob o nome genérico de fantasia “pacote anticrime”. Nesse afã, introduziram no texto projeto soprado pelo ministro do STF Alexandre de Moraes e adotado por Margarette Coelho (do PP de Paulo Maluf no Piauí governado por Wellington Dias, do PT), presidente da comissão instalada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. Nada disso, contudo, reduziu em um mísero ponto porcentual a popularidade de quem pretendiam atingir.

A esquerda, que atribuiu a Moro a liderança da conspiração para excluir da disputa eleitoral seu ídolo Lula, recorreu para tanto a um expediente em que misturou delito com cavilação. Um grupo de estelionatários habituados a crimes virtuais, hackers de Araraquara (daí o neologismo genial da colega Cora Rónai, “arararraquers”) invadiu os diálogos de cerca de mil autoridades, entre as quais o inimigo comum, no aplicativo russo Telegram. E neles encontrou – em alguns casos, inseriu – diálogos com os quais tentaram insinuar que o magistrado que condenou seu líder na primeira instância comandou as ações do Ministério Público em relação ao réu. O resultado, divulgado pelo site The Intercept Brasil, passou a ser a bola sete para desmoralizar a Lava Jato.

Moro no STF pode ser a solução para Bolsonaro, Centrão e esquerda o afastarem das urnas

A conspiração, comandada pelo próprio Lula na chamada sala “de estado-maior” da Superintendência da Polícia Federal (PF) em Curitiba, contou com a ajuda da candidata a vice na chapa do poste 2 do ex-metalúrgico, Manuela d’Ávila, e os serviços do americano Glenn Greenwald. Este deixou no condado de Nova York, onde vivia, um rastro de participação em pornografia numa empresa em que era associado de seu então companheiro e uma prática pouco recomendável de sonegação de impostos.

O conta-gotas de ácido venenoso usado no estratagema, efetuado em parceria com a *Folha de S. Paulo*, a *Band News* e a revista *Veja*, também em nada atingiu o objetivo do truque empregado. Recentes pesquisas de opinião, inclusive da Datafolha, de uma das empresas parceiras, revelam, ao contrário, a alta dos índices de popularidade do ministro da Justiça, superando os do chefe e dos empenhados em derrubá-lo.

O fiasco da invasão criminosa das mensagens telefônicas – nunca submetidas a perícia – e a constatação de que o inimigo continua fora do alcance de suas punhaladas parecem ter levado os desafetos políticos do juiz paranaense a alterar a tática. Isso inclui a mudança de planos do próprio presidente da República para a indicação do sucessor do decano do STF, Celso de Mello, em dez meses. É público e notório que ele há muito havia desistido de indicar Moro para a vaga, sob a falsa alegação de que o Senado não aprovaria. E já anunciou nomes para essa cadeira e para a que será desocupada no ano que vem por Marco Aurélio Mello.

Para a primeira Bolsonaro sacou do colete o advogado-geral da União, André Mendonça, bajulador de Lula e de Dias Toffoli. Para a outra já foi anunciado o ex-major da PM Jorge Oliveira, “Jorginho” para o clã presidencial, secretário-geral da Presidência e bacharel em Direito há 13 anos. A razão para a nomeação foi dada sem subterfúgios pelo deputado Eduardo Bolsonaro: ele é de todos os pretendentes o mais leal a Jair Messias Bolsonaro.

As duas eventuais indicações seriam o apanágio da decadência do STF. Mas o próprio chefe do governo já parece ter entendido o recado dos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara, Rodrigo Maia, de que o herói do povo em justiça seria aprovado na sabatina pelos senadores.

Conselhos de interlocutores palacianos parecem ter convencido o capitão a se livrar e deixar os chefões partidários liberados da disputa talvez inglória com a eventual presença do nome de Moro na urna eletrônica em 2022. O custo dessa operação “salve-se quem puder” poderá ser uma quarentena de seis anos sem disputa nas urnas para o ministro. Será a confirmação de que Deus escreve certo em linhas tortas?

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Vespeiro

05 FEV 2020

O senador tucano **Plínio Valério**, do Amazonas, começou a negociar ontem com o colega **Antônio Anastasia** de Minas, sua emenda que prevê a retirada da lista triplíce do substitutivo à PEC que trata da escolha dos ministros do STF. Quer manter a indicação de livre escolha do presidente da República e acha que, assim, “fica mais fácil passar”. No mais, o texto segue como o relator Anastasia acertou com os proponentes: um ministro do STF passaria a ter mandato máximo de dez anos.

“Hoje, esse cargo é quase vitalício. Eles se sentem semideuses”, disse Plínio à coluna, avaliando como “positiva” a conversa com o colega mineiro. O projeto, que chegou a ser apelidado de “PEC Anti-Moro”, ganhou força após **Davi Alcolumbre** o listar, esta semana, como prioritário.

Vespeiro 2

Os senadores trataram de explicar que, se passar, a mudança só valerá em 2023. Ou seja, **Bolsonaro** está livre pra indicar **Moro** à vaga de **Celso de Mello** em novembro. Anastasia, por sua vez, decidiu que só volta a falar do tema publicamente se a presidente do CCJ, **Simone Tebet**, pautar na comissão.

Na paz

Estudo feito pelo IBGE mostrou que dos 385.246 divórcios registrados em 2018 no Brasil, 73.818 foram realizados em cartórios. O número corresponde a 20% do total e é relativo a divórcios extrajudiciais – em que não há filhos pequenos nem litígio. Goiás lidera o ranking, em que 78% do total são separações extrajudiciais. Em São Paulo, só 17% dos divórcios foram finalizados em cartórios.

05 FEV 2020

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STJ suspende pagamentos a exonerados pela ditadura

Decisão é do presidente da corte, que suspendeu o pagamento de 235 precatórios a militares excluídos dos quadros da Força Aérea Brasileira

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, suspendeu o pagamento de 235 precatórios a militares que foram excluídos dos quadros da Força Aérea Brasileira pela Portaria 1.104-GM/64. O direito aos valores havia sido conquistado por anistia dos políticos por meio de mandados de segurança.

A medida é liminar e tem por base o julgamento do Recurso Extraordinário 817.338, apreciado pelo Supremo Tribunal Federal em outubro de 2019. Na ocasião, o STF autorizou a revisão das anistias concedidas aos militares.

Os mandados de segurança foram impetrados — em geral, por cabos da Aeronáutica — após um estudo da Comissão de Anistia apontar comunicações secretas da Força Aérea. De acordo com as conversas, a Portaria 1.104/64, que resultou no desligamento dos cabos, buscava perseguir toda a categoria, que era vista como subversiva pelo regime militar. A norma, portanto, teria sido editada com motivações políticas.

O entendimento acabou abrindo caminho para que os militares recebessem o pagamento de indenizações mensais a título de reparação. Em 2006, no entanto, a Advocacia-Geral da União mudou de entendimento, passando a defender que o ato pretendia apenas racionalizar o contingente da Aeronáutica.

Por conta disso, um grupo de trabalho interministerial foi criado em 2011 com membros da AGU e do Ministério da Justiça com o objetivo de rever tais anistias. Ao chegar no Supremo, o argumento da União acabou sendo acolhido.

05 FEV 2020

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária causa divergências

A desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária deve ser feita mediante prévia e justa indenização. Conforme o artigo 12 da Lei 8.629/93 considera justa a “indenização que reflita o preço atual de mercado do imóvel em sua totalidade”, incluindo “terras e acessões naturais, matas e florestas e as benfeitorias indenizáveis”.

No entanto, o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça têm divergido quando o assunto é indenização da cobertura vegetal em área de preservação permanente. Enquanto o Supremo considera o cálculo deve considerar a área, o STJ entende que não, devendo a indenização se limitar à terra nua.

O tema foi destacado

recentemente pelo STJ na ferramenta pesquisa pronta. Segundo a jurisprudência da corte, em regra, não é possível a indenização uma vez que não pode haver exploração econômica da área.

A exceção é se houver um plano de manejo já aprovado. Para a corte, considerar essa área de cobertura vegetal no cálculo da indenização

geraria enriquecimento sem causa.

Um dos acórdãos destacados é do REsp 1.732.757, que reformou decisão do Tribunal de Justiça de Rondônia. O tribunal considerou que a área de cobertura vegetal deveria ser inserido no valor da indenização. Com isso, o valor saiu de R\$ 62 mil para R\$ 362 mil.

Condomínio deve ser rateado em proporção a frações ideais dos imóveis

Despesas condominiais deverão ser rateadas de acordo com a proporção das frações ideais dos imóveis, salvo disposição em contrário da convenção. Com base nesse entendimento, o Superior Tribunal de Justiça deu ganho de causa para um condomínio no Rio de Janeiro que travava uma disputa

judicial com um de seus condôminos sobre o rateio de despesas do edifício. Na ação, o condômino alegava que a fração ideal estava errada porque a área construída do seu imóvel era menor e, por conta disso, ele teria que pagar um valor menor em relação aos outros moradores do edifício.

Esse morador pedia que o rateio de despesas com base na fração ideal que cada condômino tem é equivalente a área construída do apartamento. “Com frequência a equivalência pode acontecer, mas ter como premissa é equivocado, por não se tratar de uma regra. O construtor pode utilizar regras diferentes

para o cálculo da fração. E era o que acontecia neste condomínio. Ele rateava as despesas do condomínio em proporção as frações ideais das unidades, que não possuía equivalência com a área construída”, explica o advogado Fernando Galba, do escritório Coelho, Junqueira & Roque Advogado.

FÁBIO CAMPANA

CONTRA MORO

O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, que, na semana passada insultou Damares Alves, rejeitou o nome de Sérgio Moro para o STF. Em entrevista ao SBT, o advogado de José Dirceu aumentou que o ministro não possui notório saber jurídico.

“Eu e parte da comunidade jurídica achamos isso. Sérgio Moro tem a pretensão de ser presidente da República”. O candidato de Kakay ao Supremo é o AGU de Bolsonaro, o “terrivelmente evangélico” André Mendonça: “Seria um excelente nome”.

FOLHA DE S. PAULO

PF vai investigar Fabio Wajngarten por suspeita de corrupção e peculato

05 FEV 2020

Inquérito foi aberto a pedido do MPF; auxiliares de Bolsonaro acham permanência insustentável, mas chefe da Secom diz que provará inocência

Fábio Fabiani, Julio Witiack e Gustavo Uribe

BRASÍLIA A Polícia Federal abriu inquérito para investigar suspeitas sobre o chefe da Secom (Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República), Fabio Wajngarten. A medida atende a pedido feito na semana passada pelo MPF (Ministério Público Federal) em Brasília.

O objetivo é apurar supostas práticas de corrupção passiva, peculato (desvio de recursos públicos feito por funcionário público, para proveito pessoal ou alheio) e advocacia administrativa (patrocínio de interesses privados na administração pública, valendo-se da condição de servidor).

A investigação correrá em sigilo, a cargo da Superintendência da PF em Brasília.

A solicitação do MPF foi feita a partir de representações de diversos cidadãos, com base em reportagens da Folha.

Como noticiou o jornal a partir de 15 de janeiro, Wajngarten é sócio majoritário, com 95% das cotas, da empresa FW Comunicação, que recebe dinheiro de emissoras de TV, entre elas Record e Band, e de agências contratadas pela própria Secom, ministérios e estatais do governo Jair Bolsonaro.

Na gestão de Wajngarten, as clientes passaram a receber percentuais maiores da verba de propaganda da secretaria.

Nesta terça (4), a **Folha** mostrou que, ao assumir o cargo, o secretário omitiu da Comissão de Ética Pública da Presidência informações sobre as atividades da FW e os contratos mantidos por ela.

A nova frente de apuração é a primeira de caráter criminal a ser aberta. Em geral, o prazo inicial de inquéritos é de 30 dias.

A avaliação de auxiliares e aliados do presidente Jair Bolsonaro é que a permanência de Wajngarten no cargo se tornou insustentável.

A opinião é compartilhada por integrantes do núcleo militar e do grupo ideológico, para os quais a manutenção dele na Secom só aumentará o desgaste que o episódio já causou na imagem do governo.

Segundo relatos feitos à **Folha**, o Palácio do Planalto identificou que o escândalo causou desmobilização entre apoiadores do presidente nas redes sociais, movimento que costuma preocupar Bolsonaro.

A aposta dos dois núcleos palacianos é que a saída de Wajngarten é uma questão de tempo, mas não deve ocorrer em curto prazo.

Isso porque o presidente tem pregado a necessidade de aguardar tanto a conclusão do inquérito da PF como de processo administrativo no TCU (Tribunal de Contas da União) sobre o caso.

Mesmo assim, no Planalto, já há defesa de nomes para substituí-lo, como os do jornalista Alexandre Garcia e do general Otávio Rêgo Barros, porta-voz da Presidência.

O TCU avalia suposto direcionamento político de verbas de propaganda para TVs consideradas próximas do governo e clientes da FW —o que afrontaria princípios constitucionais, entre eles o da impessoalidade na administração pública.

O secretário tem visitado ministros da corte, fora de sua agenda oficial, para antecipar a defesa de sua gestão.

Também enviou seu chefe de gabinete ao presidente da Comissão de Ética, Paulo Henrique dos Santos Luccon, na segunda-feira da semana passada, véspera de uma reunião do colegiado.

CONTINUA

05 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A comissão transferiu para 19 de fevereiro a discussão sobre possível conflito de interesses no caso do secretário.

Em manifestação entregue à Justiça Federal na sexta (31), a AGU (Advocacia-Geral da União), que tem como atribuição a defesa jurídica do governo, sustentou não haver conflito de interesses na atuação.

Em peça de 39 páginas, também alegou que não houve favorecimento dos clientes da FW, como Record, Band e Artplan, que tiveram fatias maiores da verba da secretaria.

A AGU argumentou que, após assumir o cargo, o secretário apresentou declaração confidencial de informações à Comissão de Ética, preenchendo os "requisitos formais" de sua nomeação.

Reportagem da **Folha** desta terça (4), porém, mostrou que, no documento, o secretário não informou o ramo de atuação das companhias dele e de familiares, bem como os contratos mantidos por elas antes e no momento em que ocupou a função pública.

O detalhamento é uma exigência legal e serve para que a Presidência previna situações irregulares.

Agentes públicos são proibidos de manter negócios com pessoas físicas ou jurídicas que possam ser afetadas por suas decisões. Entre as penalidades, está a demissão. A prática também pode configurar ato de improbidade administrativa.

O documento da AGU integra ação popular ajuizada pelo PSOL contra o secretário, que pede, em caráter liminar, a suspensão das nomeações dele e de seu adjunto, Samy Liberman, e a anulação dos atos praticados por Wajngarten no exercício do cargo.

Na época em que assumiu a chefia da Secom, o secretário passou formalmente a administração da empresa ao empresário Fabio Liberman, irmão de Samy —que depois foi nomeado número dois da pasta.

O PSOL alega que os poderes do secretário e do adjunto sobre destinação de verbas de publicidade poderiam gerar vantagens à FW no mercado.

A AGU afirmou à Justiça que a Secom não contrata diretamente a empresa de Wajngarten e negou vinculação entre os recursos que a pasta libera e os contratos privados da FW.

O órgão diz que não há privilégios para os contratantes da FW na Secom. Sobre as TVs, que não são contratadas diretamente pela secretaria, mas pelas agências que detêm a conta de publicidade da pasta.

A compra de espaço nos veículos é definida nos planos de mídia de cada campanha, elaborados pelas agências a partir de demanda da secretaria e aprovados por ela própria.

Provarei que não cometi irregularidade, afirma secretário

OUTRO LADO

Fabio Wajngarten disse, em nota, que a abertura de inquérito da PF é mais um passo na rotina do processo de investigação solicitado pelo MPF.

"Será a oportunidade que terei para provar que não cometi qualquer irregularidade na minha gestão à frente da Secom desde abril do ano passado", comentou.

O secretário afirmou que, "como será comprovado, não há qualquer relação entre a liberação de verbas publicitárias do governo e os contratos da FW Comunicação".

Reiterou que se afastou da empresa "conforme a legislação determina" e que os contratos são anteriores à sua nomeação, "como pode ser atestado em cartório".

"Tenho um nome a zelar, um trabalho de mais de 20 anos no mercado, o meu respeito e reconhecimento. Confio no trabalho da PF e na decisão do MPF", disse.

CONTINUA

05 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Entenda o caso Fábio Wajngarten

Qual a polêmica envolvendo o secretário?

Como mostrou a **Folha**, Wajngarten recebe, por meio de uma empresa da qual é sócio, dinheiro de emissoras de TV e de agências de publicidade contratadas pela própria secretaria, ministérios e estatais do governo Jair Bolsonaro. A Polícia Federal atendeu pedido do Ministério Público Federal e abriu inquérito nesta terça (4) para investigá-lo por suspeita de corrupção e peculato

Wajngarten acumula a direção da empresa com a chefia da Secretaria?

Formalmente, não. Dias antes de assumir o posto no governo, ele se afastou da direção da FW, mudou o contrato social e nomeou para gerenciá-la, em seu lugar, Fábio Liberman, seu amigo de infância. Porém manteve-se como sócio, com 95% das cotas

O que Wajngarten afirmou à Comissão de Ética Pública da Presidência quando ingressou no governo?

Em documento enviado em maio de 2019, o secretário negou que, nos 12 meses anteriores, ele ou parentes seus exercêssem atividades em áreas relacionadas às suas atribuições na secretaria, situação que suscitaria conflito de interesses. Também disse que nem ele nem seus parentes firmaram acordos ou contratos com empresas que desenvolvem atividades em área ligada às suas funções na Secom

Por que as informações são contraditórias?

A FW, da qual Wajngarten é acionista majoritário, tinha contratos havia alguns anos com Record, Band e agências que recebem recursos do governo e da própria Secom. Quando ele assumiu o cargo, a firma tinha contratos em vigor com essas empresas e ele tinha o direito a receber, como sócio, dividendos durante o exercício da função pública. Além disso, sua esposa é sócia de duas empresas do setor de publicidade, entre elas uma agência, e sua mãe é sócia da FW (ela tem 5% das cotas)

Por que o caso levanta questionamentos?

A lei de conflito de interesses (12.813/2013) obriga membros do alto escalão do governo a detalharem dados patrimoniais e societários, assim como suas empreitadas profissionais e a de seus familiares até o 3º grau. É vedado aos agentes públicos manter negócios com pessoas físicas ou jurídicas que possam ser afetadas por suas decisões, sujeito à demissão e a processo por improbidade administrativa

O que diz Wajngarten?

Ele negou que haja conflito de interesses ou ilegalidades na sua atuação. Em nota, a Secom disse que não houve omissão de informações à comissão e que Wajngarten cumpriu o que a legislação determina

FOLHA DE S. PAULO 05 FEV 2020

PSL gastou R\$ 340 mil na contratação de advogada que fez defesa de laranjas

Ranier Bragon e
Camila Mattoso

BRASÍLIA E SÃO PAULO Duas semanas após a revelação do escândalo das candidaturas de laranjas, o PSL nacional usou parte da verba que recebeu dos cofres públicos para contratar uma advogada exclusivamente para o diretório de Minas Gerais, um dos focos do caso.

Os gastos com serviços jurídicos dobraram desde o ingresso de Bolsonaro na sigla —o presidente permaneceu no partido por um ano e oito meses e se desfilou em novembro passado. A legenda chegou, inclusive, a prever pagamento de abono natalino a um dos escritórios.

O contrato firmado para o diretório de Minas, de R\$ 250 mil, foi assinado em 15 de fevereiro de 2019 com a advogada Fernanda Lage Martins da Costa. Cinco meses depois, foi reajustado para R\$ 340 mil.

O objetivo do contrato, entre outros pontos, era fazer “assessoria e consultoria jurídica de ‘compliance’ (advocacia preventiva)” para a sigla em Minas, elaborando “procedimentos internos, regulamentos, decisões e código de condutas” com o objetivo de mapear e gerir “riscos de infrações legislativas”.

A partir daí, a advogada passou a atuar na defesa das candidatas do PSL Lilian Bernardino, Débora Gomes, Naf-tali Tamar e Milla Fernandes, denunciadas pelo Ministério Público sob acusação de participar de esquema de candidaturas fictícias comandado pelo atual ministro do Turismo de Jair Bolsonaro, Marcelo Álvaro Antônio.

A investigação das candidaturas de laranjas do PSL, caso revelado pela Folha em fevereiro de 2019, inclui seu presidente nacional, Luciano Bivar.

Ele foi indiciado pela Polícia Federal sob suspeita de cometer três crimes na eleição passada. Sob seu comando, a sigla em Pernambuco

lançou candidatas que não fizeram de fato campanha. A cota de gênero obriga a aplicação de pelo menos 30% do dinheiro de campanha nas candidaturas femininas.

Bivar e Marcelo Álvaro sempre negaram participação em qualquer irregularidade.

Conforme a **Folha** mostrou neste domingo (2), o PSL multiplicou gastos de dinheiro público adquirindo artigos de luxo, como carro de R\$ 165 mil e poltronas de R\$ 3.600.

A partir de 2019, após a onda que elegeu Jair Bolsonaro, passou a ter direito à maior fatia do Fundo Partidário. Pulou de menos de R\$ 700 mil para cerca de R\$ 9 milhões ao mês.

Os contratos e relatórios de atividades da advogada Fernanda Lage Martins da Costa constam da papelada que integra a prestação de contas do PSL relativa a 2019.

O partido colocou a documentação em seu site após os atritos públicos com Bolsonaro —pela lei, a sigla só teria que prestar contas em junho deste ano.

Em seus relatórios de trabalho, Fernanda relata visitas à PF e o acompanhamento jurídico das candidatas laranjas.

A **Folha** a advogada ressaltou que a lei dos partidos políticos permite a contratação de serviços jurídicos para “litígios que envolvam candidatos do partido, eleitos ou não, relacionados exclusivamente ao processo eleitoral”.

O tema é fonte de controvérsia, inclusive no Congresso, que foi o responsável por incluir essa redação na lei, em setembro de 2019, ou seja, sete meses após a contratação da advogada pelo PSL.

“As ditas candidatas investigadas concorreram às eleições de 2018 pelo PSL e são filiadas à agremiação até a presente data. Pediram ao partido assistência jurídica, o que foi concedido pelos membros da administração. Acredita o PSL existir uma grave distorção dos fatos envolvendo não só as ex-candidatas,

como também diversos integrantes da administração estadual nas eleições passadas. A pecha de ‘candidaturas laranjas’ macula, sem justa causa, a imagem do partido”, afirma a advogada.

Fernanda diz ainda que foi contratada para atuar na reestruturação do partido em Minas porque o diretório tinha “diversas pendências financeiras e de prestação de contas” e “vinha cumprindo, há anos, sucessivas penalidades eleitorais por desaprovacão das prestações de contas, partidária e eleitoral, especificamente de 2007 a 2016”.

Segundo ela, o partido só voltou a receber verbas do Fundo Partidário em novembro, “com a regularização de sua situação jurídico-eleitoral, após intenso trabalho realizado por esta profissional.”

Os documentos da prestação de contas do PSL mostram que, fora a folha de pagamento, o maior gasto do partido é com advogados: R\$ 1,35 milhão em 2018 e R\$ 2,6 milhões no ano passado.

Entre os escritórios que receberam verba do PSL em 2018 e 2019 está o de Karina Kufa, responsável pela prestação de contas da campanha de Jair Bolsonaro. Rompida com o PSL, hoje ela é uma das que trabalham para colocar de pé o Aliança pelo Brasil.

Em 2018 há registro de R\$ 114 mil pagos pelo partido, incluindo um contrato de R\$ 100 mil para prestação de contas da legenda daquele ano.

Em 2019, os documentos do PSL mostram mais dois contratos, um de R\$ 200 mil para representar o partido em ações no STF e outro, de R\$ 40 mil ao mês, para serviços jurídicos ao PSL de São Paulo.

Em nota, o PSL afirmou que o crescimento do partido em relação a 2018 justifica o aumento dos gastos, e que todos eles foram feitos de forma legal e com serviços efetivamente prestados.

O Palácio do Planalto não quis se manifestar.

05 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Tribunal mantém quebra de sigilo de Flávio Bolsonaro

TJ-RJ valida, por 2x1, decisão do juiz Flávio Itabaiana contestada pela defesa

Catia Seabra e
Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu nesta terça-feira (4) manter a decisão que quebrou os sigilos bancário e fiscal do senador Flávio Bolsonaro (sem partido-RJ).

A decisão foi por 2 votos a 1, derrotando o desembargador Antônio Carlos Amado, que votou na semana passada em favor do filho do presidente Jair Bolsonaro.

As desembargadoras Mônica Tolledo de Oliveira e Sui-mei Cavaliere pediram vista do processo. Nesta terça, votaram contra o relator e mantiveram a decisão de abril do juiz Flávio Itabaiana, da 27ª Vara Criminal.]

Essa derrota da defesa de Flávio Bolsonaro ocorre um dia após o senador enaltecer a conclusão de uma investigação da Polícia Federal, antecipada pela **Folha** na segunda-feira (3). A PF não viu indícios de que ele tenha cometido os crimes de lavagem de dinheiro e de falsidade ideológica no inquérito eleitoral que apura suas negociações com imóveis e sua declaração de bens na eleição de 2018.

O resultado apurado pela PF não coincide com os elementos encontrados em outro inquérito, do Ministério Público do Rio, que apura a prática de "rachadinha" no antigo gabinete do hoje senador na Assembleia Legislativa —ele

foi deputado estadual de fevereiro de 2003 a janeiro de 2019.

Nesta terça, em sessão fechada, os integrantes da 3ª Câmara Criminal do TJ-RJ analisaram um habeas corpus no qual os advogados de Flávio diziam haver ilegalidades na decisão do magistrado de primeira instância que, a pedido da Promotoria, determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal.

Entre os questionamentos do senador estava a suposta falta de fundamentação. A justificativa do juiz Itabaiana para a quebra de sigilo tomava um parágrafo do documento, enquanto adotava as razões expostas pelo Ministério Público em 87 páginas.

Ao quebrar os sigilos de outras oito pessoas, em junho, Itabaiana refez a decisão, detalhando as razões para autorizar a medida.

No último dia 28, o desembargador Amado negou o habeas corpus pelas razões apresentadas pela defesa, mas apontou outros motivos pelos quais a decisão de primeira instância deveria ser anulada.

O magistrado considerou que o senador não teve a oportunidade de se manifestar antes de ter o sigilo quebrado. Ele salientou o fato de o filho do presidente da República ter petitionado no procedimento um pedido para falar

Disse ainda que o Ministério Público do Rio afirmou, em seu pedido de quebra de sigilo, que Flávio havia se recusado a falar, o que, para ele, não condiz com a verdade. "O magistrado [Itabaiana] pode ter sido induzido a erro", disse o desembargador.

Uma petição da defesa do senador, contudo, foi usada pelo Ministério Público para rebater a tese do desembargador. Nela, uma advogada do parlamentar pede que ele seja ouvido no fim da fase de investigação, quando encerrada a coleta de provas. A representação é do dia 19 de março, antes de a quebra ocorrer.

A apuração do suposto esquema de "rachadinha" começou em janeiro de 2018, quando um relatório do antigo Coaf, órgão de inteligência financeira hoje ligado ao Banco Central, indicou movimentação financeira atípica de Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio e amigo do presidente Bolsonaro.

Queiroz afirmou que recebia parte dos salários dos colegas de gabinete e com o dinheiro remunerava assessores informais de Flávio, sem conhecimento do deputado. Mas suas defesa nunca apontou os beneficiários dos valores.

A Promotoria apura suspeitas de peculato, ocultação de bens, lavagem de dinheiro e organização criminosas.

CONTINUA

05 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A PF descartou suspeitas do Ministério Público fluminense e concluiu não haver indícios de que Flávio tenha cometido os crimes de lavagem de dinheiro e de falsidade ideológica.

O advogado Frederick Wassef, por meio de sua assessoria, disse que a PF “apurou de forma incontestável e inequívoca que não existem quaisquer indícios ou irregularidades na vida de Flávio Bolsonaro”. O advogado rechaçou as “acusações levianas que têm apenas o objetivo de atingir a imagem e a reputação de Flávio Bolsonaro”.

05 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

RUY CASTRO

Tirem suas conclusões

RIO DE JANEIRO A Polícia Federal concluiu que o senador Flávio Bolsonaro não cometeu os crimes de lavagem de dinheiro e falsidade ideológica de que está sendo acusado pelo Ministério Público do Rio, por estranhas transações com lucros astronômicos, marotas declarações de bens, movimentações atípicas de dinheiro vivo e invejável evolução patrimonial — tudo isso para um então deputado estadual e dono de uma loja de chocolates próspera no ano inteiro, menos na Páscoa. Ao ser indagado a respeito por um repórter, o presidente Bolsonaro rugiu: “Pergunta pra Polícia Federal!”.

Típico de Bolsonaro. Fala todos os dias com os jornalistas, mas, se um deles toca em algo mais delicado ou lhe pede para explicar uma de suas próprias declarações, vocifera calabocas como “Chance zero!”, “Esquece!”, “Ponto final!”, “Assunto encerrado!” e “Próxima pergunta!”. Ou põe fim de vez à conversa com o incisivo “Acabou, talquê?” e o já clássico “Pergunta pra tua mãe!” — o primeiro presidente a botar a mãe no meio das ejaculações presidenciais. Mas, no caso das acusações a Flávio Bolsonaro, ele tem razão — só a Polícia Federal consegue explicar por que o livrou.

Já seu outro filho, o vereador Carlos Bolsonaro, usa tática mais sutil. Em suas postagens nas redes sociais, alinha os argumentos de que precisa para provar um ponto. Mas, em vez de levá-los à conclusão lógica, termina com “Tirem suas conclusões” — dando margem a que seus interlocutores cheguem exatamente à conclusão a que ele quer que cheguem, mas pensando que ó fazem por conta própria.

É um coquetel retórico, combinando conceitos de persuasão de massas, técnicas de publicidade e estratégias de livros de autoajuda, tudo bem misturado e servido com uma cereja. Serve tanto para vender sabão em pó quanto para induzir um indeciso a se aproximar de um líder, converter-se a ele e pensar como ele.

Tirem suas conclusões.

É ator e escritor. Também é um dos criadores do portal de humor Porta dos Fundos

Brasileiros são os outros Bolsonaro acredita que nossa miséria é fruto da nossa inferioridade como raça

Pela primeira vez na história, o Brasil está concorrendo ao Oscar de melhor documentário. O prêmio mais prestigioso do mundo pode ser entregue a uma brasileira. Em vez de torcida ou de um simples parabéns, o que o governo entregou foi uma declaração chamando Petra Costa de “militante anti-Brasil” —no mesmo dia em que o presidente tuitou o vídeo racista de Alexandre Garcia.

“Se a gente trocasse de população com o Japão, e esperássemos (sic) dez anos pra ver o que aconteceria aqui, lá eu não quero nem pensar (risos), alguém duvida que os japoneses transformariam o país em primeira potência mundial?”

A plateia, formada por brasileiros, aplaude. Talvez não se considerem brasileiros. Talvez o público, por morar em Orlando e ter sobrenome alemão, ou por ter casa em Lisboa e sobrenome libanês, ou por ter conta na Suíça e sobrenome italiano, não se considere brasileiro. Brasileiros são os outros.

Isso deveria ser grave: o presidente do Brasil acredita que nossa miséria é fruto da nossa inferioridade como raça. De todas as razões possíveis pro nosso subdesenvolvimento —nosso passado colonial, nossa democracia recente, o descaso com a educação, a elite escravocrata, a sucessão de governos corruptos— o presidente escolheu culpar a incapacidade do seu povo. Descobri que sou patriota, porque isso pra mim justificaria um impeachment.

O pior inimigo desse governo não é a corrupção nem o comunismo, é o brasileiro. Bolsonaro odeia assumidamente

o seu povo, num caso raro de autoxenofobia. O presidente tem com o brasileiro a mesma relação que a extrema direita europeia tem com muçulmanos, e Trump tem com os mexicanos —tanto é que apoiou o encarceramento e a deportação de brasileiros algemados.

Bolsonaro: o Brasil é maior que o Vivendas da Barra, é melhor que o PSL. Se você odeia o brasileiro, talvez esteja convivendo com os brasileiros errados. Nem todo brasileiro é corrupto, preguiçoso, rentista e miliciano. Mas, se acredita nisso, vale ressuscitar o slogan da ditadura, tão cara a Alexandre Garcia —porta-voz de Figueiredo— “Brasil, ame ou deixe-o”. Se você odeia tanto o nosso povo e tudo o que ele produz, vai embora, amigão. Tem 190 países nessa vasta terra plana —por que insistir nessa gente que você despreza?

Aqui tem 200 milhões de pessoas trabalhando incansavelmente e nem todo o mundo tem uma loja da Copenhagen pra lavar dinheiro. Resumindo: vai pro Japão! Não sei se dura muito sem imunidade parlamentar.

05 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

O grandeteste

O espírito de corpo criou na Câmara um grupo relevante de deputados dispostos a derrubar a decisão do STF que afastou do mandato Wilson Santiago (PTB-PB). Ele foi denunciado sob suspeita de receber em seu apartamento e no gabinete propina desviada de obras contra a seca no Nordeste. Sem debate sobre o mérito do caso, parlamentares passaram a terça (4) discutindo o assunto, tendo como principal preocupação evitar precedente que pode se virar contra vários deles no futuro.

PROVA A votação, marcada para esta quarta (5), será o primeiro grande teste desta Câmara, eleita pela onda anticorrupção.

IMAGEM A decisão do STF de afastar o parlamentar foi monocrática, do ministro Celso de Mello. Ele concordou que havia elementos para autorizar os pedidos de prisão, mas lembrou que a Constituição excluiu, em regra, essa possibilidade para membros do Congresso.

VAI? Até o Podemos, que se diz completamente favorável à Lava Jato, avalia votar a favor do deputado.

NO O problema da mobilização, liderada pelo centrão, é convencer a maioria de enfrentar o desgaste de livrar um parlamentar cujo caso envolve fotos e vídeos dos supostos pagamentos de propina, incluindo imagem de um aliado enfiando maços de notas na cueca.

ÁRBITO A Comissão de Constituição e Justiça do Senado deve analisar nesta quarta (5) projeto de lei que restringe a atuação de juízes durante o plantão. Foi durante o recesso que o ministro Luiz Fux, do STF, congelou a entrada em vigor do juiz das garantias.

ÁRBITO 2 Antevendo repercussão negativa no Judiciário, senadores querem audiências públicas antes de votar.

TSE aprova urnas, mas concorrentes recorrem

Após novos testes, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou os projetos de duas empresas para a fabricação de até 180 mil novas urnas eletrônicas, a serem utilizadas já no pleito municipal deste ano. Os projetos e os protótipos das novas urnas haviam sido desqualificados anteriormente após apresentarem uma série de falhas e não atenderem às especificações técnicas da licitação aberta pela Justiça Eleitoral.

Contudo, em sessão extraordinária convocada durante o recesso judiciário, em 8 de janeiro, o TSE deu uma nova chance a ambas as empresas – Positivo e Smartmatic do Brasil –, concedendo um prazo adicional de oito dias para que corrigissem os projetos e entregassem novos protótipos. As empresas, porém, recorreram nesta semana, acusando uma a outra de incapacidade técnica e de não atender às exigências do edital de licitação. Somente após o julgamento de tais recursos que a Justiça Eleitoral pode seguir para a próxima etapa, na qual serão revelados os preços de cada proposta. ■

BEMPARANÁ

PETROLEIROS

Justiça mantém quebra de sigilo de Flávio

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ/RJ) manteve a quebra dos sigilos fiscal e bancário do ex-deputado estadual e atual senador Flávio Bolsonaro (sem partido/RJ), investigado por suposto esquema de rachadinha na época em que cumpriu mandato na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). A defesa de Flávio havia entrado com um pedido de habeas corpus na 3ª Câmara Criminal, onde corre o caso, para tentar derubar a decisão proferida em primeira instância, em abril do ano passado. Relator do processo, o desembargador Antônio Carlos Nascimento Amado defendeu, na semana passada, a restauração dos sigilos.

As outras duas desembargadoras que compõem o colegiado, Monica Tolledo Oliveira e Suimei Meira Cavaliere, haviam pedido mais tempo. Ontem, contudo, elas votaram pela manutenção da decisão de primeira instância, do juiz Flávio Itabaiana Nicolau.

TST determina que 90% voltem ao trabalho

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Ives Gandra determinou ontem que os sindicatos de petroleiros mantenham 90% dos trabalhadores em serviço durante a greve da categoria, que começou no sábado. A decisão foi motivada por uma ação de dissídio coletivo protocolada pela Petrobras no tribunal. Com a decisão, os sindicatos também estão proibidos de impedir o livre trânsito de bens e pessoas nas refinarias e plataformas da estatal.

A greve foi deflagrada para protestar contra as demissões que devem ocorrer na Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen-PR), em Araucária, que deve ser fechada pela Petrobras.

TRF-4 nega recurso a nora de Lula

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região negou um recurso de Fátima Rega Cassaro da Silva, advogada e mulher de Luis Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula. Ela pedia a devolução de diversos documentos que estão em poder da Polícia Federal como parte das investigações no âmbito da Operação Lava Jato. As informações divulgadas pelo TRF-4.